

O PROJETO PARANÁ 12 MESES: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

Márcio Roks*

Pery Francisco Assis Shikida**

RESUMO: Este trabalho analisa o Projeto Paraná 12 Meses, em Maripá, via aplicação de questionários, procurando verificar seus principais limites e potencialidades entre 1998-2000. Como corolário, foi constatada a existência de poucos obstáculos na comunicação, acesso, formação de grupo e propostas neste Projeto. Sobre a quantidade de recursos destinados, houve um equilíbrio entre aqueles que acharam insuficiente e pouca e os que consideraram-na suficiente e boa. Sem este benefício, as famílias precisariam de períodos maiores para levantar recursos próprios a fim de realizar o que o Projeto proporcionou. Isto sinaliza que o Estado, através de programas desta natureza, possibilita apoios que, dificilmente, podem ser obtidos por meio de iniciativas isoladas e, quando isto ocorre, o tempo para sua efetivação é, de veras, longo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural, Paraná, Programa.

ABSTRACT: This work analyses the Project named "*Project Paraná 12 Month*" in the city of *Maripá*, verifying its main limits and potentialities among 1998-2000, through the application of questionnaires. This analysis demonstrated the existence of some obstacles in communication, access, group formation and proposals in this Project. Concerning the amount of resources destined, there was a balance among those that considered insufficient and very little and those that considered enough and good. Without this benefit, the families would need larger periods to obtain their resources to accomplish what the Project provided. Therefore, the State, through programs in this line, provide supports that difficultly can be obtained through isolated initiatives and, when this happens, the time for its implementation is longer.

KEY-WORDS: Country development, Paraná, Program.

* O autor é economista, graduado pela UNIOESTE – Campus Toledo.

** O autor é economista, Professor Adjunto do Curso de Economia da UNIOESTE – Campus Toledo.

1. Introdução

A agropecuária do Paraná é considerada uma das mais avançadas do país e, nas últimas décadas, presenciou os mais diversos ciclos de desenvolvimento, tais como: a extração de madeira e erva mate, o cultivo do café, o binômio soja-trigo, além da produção de milho, algodão, feijão, suínos e aves (PIFFER, 1997).

Atualmente, expressiva parte dos pequenos produtores rurais paranaenses enfrentam diversos problemas que interferem diretamente no êxito dessas atividades, como os relacionados à produção, comercialização e financiamentos, sendo flagrante também a pouca organização desses pequenos produtores para industrializar os produtos de suas atividades agropecuárias.

Neste ínterim, vale ressaltar que a importância da agricultura familiar está, sobretudo, na capacidade de geração de empregos (da família e de terceiros), na geração de renda e produção a baixo custo de investimento e nos menores danos ambientais que a agricultura familiar provoca. Se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas regionais, a agricultura familiar pode potencializar um desenvolvimento descentralizado e com relativa sustentabilidade (SANTOS, 1999).

Isto posto, justifica-se um estudo que procure analisar o contexto da agricultura familiar num determinado programa de governo. O Projeto Paraná 12 Meses é o mais recente Programa paranaense para aliviar a pobreza rural no Estado, amparado em ações que objetivam a modernização tecnológica, a geração de novos empregos, a proteção ao meio ambiente e a melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1996).

Destarte, este trabalho procura analisar o Projeto Paraná 12 Meses, em Maripá, verificando seus principais limites e potencialidades entre 1998-2000, via aplicação de questionários. Com este intento, o presente estudo explicita a seguir uma breve revisão de literatura, contendo basicamente as contribuições do setor agrícola para o desenvolvimento econômico, a importância da agricultura familiar, bem como os aspectos gerais do Projeto Paraná 12 Meses. A seguir, realçam-se os procedimentos metodológicos adotados e os

resultados e discussões referentes ao questionário aplicado. As considerações procuram sumariar este estudo.

2. Revisão de Literatura

Segundo JOHNSTON & MELLOR (1961), e MELLOR (1966), são cinco as funções básicas desempenhadas pela agricultura para o crescimento econômico: aumentar a oferta de alimentos como uma resposta, tanto ao aumento da população, como ao crescimento da renda *per capita* resultante do desenvolvimento econômico; expandir as exportações gerando divisas estrangeiras para financiar o desenvolvimento, promovendo as importações e gerando *superávit* para amortizar a dívida externa; liberar trabalhadores para outros setores da economia, evitando a elevação dos salários pagos a fim de não deprimir a taxa de lucro e assegurar a acumulação contínua de capital; transferir poupanças para inversões na indústria e para implantação de infra-estrutura econômica e social; constituir mercados para bens industriais que derivam do aumento da renda líquida da população rural, funcionando como estímulo à expansão industrial.

Para JOHNSTON & MELLOR (1961), o desenvolvimento agrícola é interpretado como uma fase intermediária, necessária para a realização do desenvolvimento industrial e crescimento econômico.

A agricultura familiar, também de importância para o desenvolvimento econômico, trata de uma atividade eminentemente agropecuária, com ou sem excedentes de produção, fundamentada no trabalho familiar e, normalmente, situada em pequenas propriedades.¹

Alguns estudos recentes têm mostrado particularidades importantes da agricultura familiar. Segundo, CARVALHO & KUHN (1998), a realidade da agricultura familiar, no Brasil, não é nada favorável, denotando a perda da competitividade tecnológica e a descapitalização dos seus produtores.

¹ “O perfil da agricultura familiar no Brasil (...) define três características centrais por parte da família: a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados; o fornecimento da maior parte do trabalho; e a propriedade dos meios de produção. Entretanto, o censos agropecuários e demográficos não oferecem os elementos necessários para delimitar o universo da agricultura familiar” (WAQUIL, 1999, p.102).

Para FLORES & CARDOSO (1999), por exemplo, a associação e o cooperativismo têm-se mostrado uma boa opção para a agricultura familiar, em especial para a pequena produção. Entende-se por associação e cooperativismo o fato de a comunidade se congregar na busca de uma organização administrativa para vencer os obstáculos que o produtor isolado não conseguiria vencer.

Entretanto, para KIYOTA & GOMES (1999), os agricultores familiares integrados aos mercados por meio da cooperativa e das agroindústrias e produzindo apenas *commodities*, não estão obtendo os rendimentos necessários para se manterem na atividade. Mesmo com este cenário, muitas famílias não abandonam estas atividades, devido a questões como: segurança que a propriedade representa; controle dos elementos de sua produção (exceção às adversidades climáticas e condições de barganha com os fornecedores) etc.

Para tentar resolver problemas dessa natureza, FERREIRA *et al.* (1999), sugerem o Programa de Garantia de Renda (PGR) como um aperfeiçoamento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com vistas a minimizar o risco associado à renda da agricultura familiar.

Ressalta-se, neste contexto, a necessidade de concentração de esforços no sentido de amenizar as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar. Em função disto, recomenda-se que as políticas públicas, voltadas para o meio rural, considerem o fato da agricultura familiar demandar, num contexto de modernização agrícola e globalização, novas formas de reprodução/manutenção de sua renda, fato este essencial para o fortalecimento da agricultura como um todo (COUTO FILHO & COUTO, 1999).

Embora o Paraná tenha perdido um grande número de pequenos estabelecimentos rurais nas últimas décadas, a produção agrícola ainda ocorre, principalmente, em unidades produtivas familiares. O Paraná possui cerca de 300 mil pequenas propriedades rurais, com a seguinte caracterização: aproximadamente, 20% delas possuem área superior a 50 ha, estando integradas a Projetos de cooperativas ou agroindústria; cerca de 40%, são propriedades com 20 ha, que se encontram entre a transição tecnológica e a manutenção da independência; os 40% restantes são as chamadas propriedades periféricas, onde se pratica a agricultura de subsistência e que

enfrentam graves problemas econômicos e sociais (GUTIEREZ, 1996).

Segundo TEIXEIRA (1996), o empobrecimento maior da agricultura familiar deve-se à intervenção danosa do governo no setor, caracterizada pelo pequeno volume de crédito rural subsidiado destinado aos pequenos produtores (em torno de 20% do total do crédito rural). Esse dado vem ressaltar a limitação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que pouco atingiu a pequena propriedade familiar.

Dentro de uma retrospectiva histórica, no Paraná encontram-se pelo menos dois projetos políticos - voltados para a realidade da agricultura familiar - que atentaram para a melhoria desta realidade. O primeiro deles foi no governo de Lamenha Lins, no final do século XIX, com uma política de colonização estrangeira baseada em uma agricultura familiar para abastecer Curitiba; preocupava-se fundamentalmente com a substituição da mão-de-obra escrava por uma assalariada, visando preservar a cultura do café (ROLIN, 1995). O segundo Projeto foi implantado pelo primeiro governo Ney Braga, nos anos sessenta, quando se buscou transformar o Paraná de uma economia periférica para uma economia auto-suficiente (ROLIN, 1995).

Recentemente, em 1998, no governo de Jaime Lerner, começou a ser implantada outra estratégia de transformação agropecuária do Paraná, o Projeto Paraná 12 Meses, no qual se estima empregar um total de US\$ 350 milhões, com o escopo de reverter a situação da pobreza rural e fixar o homem no campo (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1999). Desta forma, estão sendo adotadas ações apoiadas na modernização tecnológica, na geração de novos empregos e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural. Pretende-se também garantir a extensão dos trabalhos de manejo e conservação de solo. Para a realização do Projeto, o governo estadual solicitou ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) um empréstimo no valor de US\$ 200 milhões, sendo o restante oriundo do Tesouro do Estado. A implantação desta estratégia desenvolvimentista terá duração de seis anos, com área de atuação em todo o território estadual (ANDERSEN, 1996).

Especificamente sobre o Projeto Paraná 12 Meses, este tem como objetivo geral incentivar o desenvolvimento econômico e social da população que vive e trabalha no meio rural, e promover o manejo e conservação dos recursos naturais.² Sua atuação abrange todo o território estadual, previsto para um período de duração de seis anos, cujo início data de 1998 e o término está previsto para 2004. Este Projeto será financeiramente apoiado pelo BIRD, através de empréstimos contratados pelo Estado do Paraná, contando também com recursos do Tesouro Estadual.

Constam nos objetivos específicos do Projeto as seguintes diretrizes: ações em habitação, saneamento básico, saúde, educação, geração de renda e emprego, organização comunitária e cidadania. Pretende-se, com isto, reduzir os índices de pobreza no meio rural do público beneficiário direta e indiretamente; implantar Vilas Rurais - visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes; contribuir para a viabilização e recuperação dos solos, através do manejo e uso dos recursos naturais de forma sustentada. Acrescente-se a isso, o uso de tecnologias que aumentem a produtividade e a renda do produtor rural de acordo com a condição sócio-técnico-ambiental; apoiar mecanismos que aumentem a renda na unidade produtiva e aqueles que resultem em maior capacidade de competição frente à abertura de mercado.

Para conseguir atingir os propósitos pretendidos no Projeto foram definidos como elementos norteadores os seguintes pontos: descentralização das decisões no que diz respeito à definição das ações e acompanhamento do Projeto; a sustentabilidade dos investimentos; a adoção de mecanismos de execução simples, eficientes, explicitados e monitoráveis; a participação ativa dos beneficiários na decisão e organização das demandas; e, a parceria com a sociedade.

A área de ação deste Projeto foi dividida em 8 mesorregiões homogêneas, baseada em trabalho realizado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), que utilizou 35 variáveis, observando-se, sobretudo, aspectos sócio-econômicos e de recursos naturais do Paraná. Sob estes aspectos, o Projeto Paraná 12 Meses torna-se um instrumento de assessoramento, orientação, capacitação e

² Esta parte da revisão baseia-se fundamentalmente em GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (1996 e 1999).

de apoio financeiro para superar as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar.

Salienta-se, outrossim, que muitos produtores do Estado poderão participar do Projeto. Entretanto, para receber apoio financeiro serão atendidos os Produtores de Subsistência (PS) e o Produtor Simples de Mercadorias (PSM), identificados a partir dos seus sistemas de produção (estes produtores estão evidentemente concentrados na agricultura familiar).

Para fins de enquadramento do público-meta, consideram-se como parâmetros: a área, o capital e a mão-de-obra, devendo atender às exigências integrantes nos três parâmetros simultaneamente, ou seja, nenhum deles poderá ser analisado isoladamente. Classificam-se como beneficiários, além dos produtores, os assentados, os posseiros, os arrendatários, parceiros e meeiros com contratos anteriores à definição da unidade de trabalho, cadastrada e legalmente especificada, desde que o prazo de permanência na área seja compatível com as práticas e atividades apoiadas.

Quanto à organização institucional, são definidas as atribuições das estruturas operacionais para implantação do Projeto segundo necessidade de atuação. A Comissão Deliberativa do Projeto Paraná 12 Meses (CODEPRO) tem a função de articular as diversas secretarias envolvidas na implantação do Projeto e dividir as questões superiores. O Centro de Coordenação de Programas do Governo (CCPG), através da Unidade de Assessoria do Projeto (UAP), tem por objetivo assessorar e avaliar a implantação do Projeto para conferir o cumprimento do descrito no acordo de empréstimo, formalizado junto ao BIRD, e formular futuros ajustes operacionais e subsídios à Unidade de Gerenciamento do Projeto Paraná 12 Meses (UGP). A UGP é a unidade responsável pelo gerenciamento do Projeto, sendo uma assessoria diretamente ligada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

O Projeto contará ainda com as Comissões Regionais que são responsáveis pela ligação das ações entre as várias instituições envolvidas. A mesma tem como presidente o chefe do núcleo regional da SEAB, e como secretário executivo um técnico do serviço de extensão oficial, alocado no escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A implantação do Projeto está baseada no Plano de Ação da Comunidade/microrregião/grupo, que orientará o Plano Operativo Anual (POA). Este último é o instrumento do grupo de produtores para orientação dos procedimentos e ações, buscando a superação das dificuldades nos aspectos social, econômico, técnico e organizacional. Neste sentido, o Projeto consta com instrumentos operacionais de apoio que procuram possibilitar a devida implantação e a adoção das tecnologias divulgadas aos produtores. Fazem parte desses instrumentos operacionais de apoio: a assistência técnica e extensão rural; a pesquisa; a capacitação; as redes de propriedades de referência; o sistema de informações de preços e mercado; uma linha de apoio financeiro do Fundo de Apoio Financeiro de Alívio à Pobreza no Meio Rural (FUNPARANÁ).

Desde a implantação do Projeto, no início de 1998, foram aplicados US\$ 59,4 milhões, dos quais US\$ 10,7 milhões referem-se ao primeiro semestre de 1999, elevando o índice de execução financeira de 13,8%, em dezembro de 1998, para 16,8%, em junho de 1999. Os avanços relativos às metas financeiras verificaram-se prioritariamente no contexto da construção de moradias em vilas rurais – via Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), com 43,4%, e no contexto do desenvolvimento rural – via Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODAPAR), com 11,6% no FUNPARANÁ.

Um mecanismo fundamental para o sistema de monitoramento gerencial do Projeto Paraná 12 Meses tem sido a fiscalização. Em 1999, a CODAPAR realizou 2.450 fiscalizações e 838 visitas complementares de orientação aos beneficiários, sendo que as principais ocorrências verificadas pela fiscalização foram: atrasos nos cronogramas de implantação das propostas, decorrentes da falta de mão-de-obra especializada, da coincidência com épocas críticas da safra agrícola e da ocorrência de períodos chuvosos; atrasos na entrega de materiais e insumos agrícolas por parte dos fornecedores, com alegação de que não dispunham de quantidades suficientes em estoque para o atendimento da demanda; falta de iniciativa de alguns beneficiários para implantação das propostas, com a alegação, em contrapartida, da falta de mão-de-obra; em decorrência da precariedade de algumas moradias, foi necessária a construção de casas novas, em vez de reformas e melhorias; nas propostas coletivas,

principalmente, as que envolvem equipamentos, verificou-se níveis satisfatórios de cooperação entre os beneficiários para sua utilização.

3. Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se pela natureza explicativa, ou seja, pretende-se identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do Projeto Paraná 12 Meses. Dessa forma, este trabalho direcionar-se-á para o método observacional (GIL, 1991), fundamentado na obtenção de dados mediante técnica de interrogação, via aplicação de questionários junto a uma determinada amostra da agricultura familiar atingida pelo Projeto Paraná 12 Meses.

A área de abrangência do Projeto Paraná 12 Meses é o território paranaense na sua totalidade. O ideal, portanto, seria uma análise do todo deste Projeto. No entanto, existem limitações quanto a isto. Um estudo de caso – delineamento que se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão do mesmo (GIL, 1991) – pode ser útil neste trabalho, desde que possa ser selecionado um caso típico que denote ser a melhor expressão do tipo ideal de categoria pesquisada.

Neste sentido, a escolha do município de Maripá para este estudo de caso deu-se em função de dois aspectos: primeiro, parte-se da premissa que este município denota ser a melhor expressão do tipo ideal de categoria pesquisada³; segundo, a acessibilidade às fontes pesquisadas é favorável à técnica de entrevistas.

Para análise dos casos verificados no município de Maripá, que totalizam 150 (universo), este trabalho valer-se-á de uma técnica de amostragem não probabilística, conhecida como amostragem por tipicidade e “*consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população*” (GIL, 1991, p.83). Para que essa amostragem possa ser, de fato, representativa, é considerável que haja o conhecimento da população em subgrupos. Isto, verifica-se no presente estudo, haja vista os conhecimentos

³ Sobre o perfil do município de Maripá, ver: ZAGO *et al.* (1999); e sobre a evolução até o presente momento do Projeto Paraná 12 Meses, ver: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (1996 e 1999) e ROKS (2000).

prévios obtidos via revisão de literatura (vide, por exemplo, ZAGO *et al.*, 1999), e através de contatos com técnicos da EMATER.

Embora ainda esteja em andamento, o Projeto Paraná 12 Meses apresenta algumas deficiências acusadas pela fiscalização já citada. Portanto, justifica-se a aplicação de um questionário junto a uma determinada amostragem da agricultura familiar atingida pelo Projeto, utilizando-se a técnica de entrevistas.

4. Resultados e Discussões

O município de Maripá localiza-se na região Oeste do Paraná, com área de 282,56 km² e 6.187 habitantes, sendo 2.561 residentes em área rural. O setor agropecuário é o principal responsável pela constituição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, sendo sua participação equivalente a 69,27% (dados para 1994-1997). Segue-se-lhe o setor comercial e o setor industrial, nesta ordem. Quanto à estrutura fundiária desse município, 88,74% dos produtores possuem área de até 50 ha, o que perfaz um total de área equivalente a 75,59%. O solo tipo latossolo roxo eutrófico e a terra roxa estruturada são considerados sem limitações às atividades agropecuárias. Estes dados, aliados ao clima favorável da região, ressaltam ainda mais o potencial rural do município de Maripá (ZAGO *et al.*, 1999).

Como município participante do Projeto Paraná 12 Meses, todos os quesitos citados nos aspectos gerais deste Projeto (vide parte 3) foram constatados em Maripá.

Outrossim, até o presente momento (de 1998 a junho de 2000), o Projeto Paraná 12 Meses investiu R\$111.102,44 no município de Maripá, o que perfaz 0,20% do montante aplicado no Projeto como um todo – isto desde sua implantação. Foram beneficiadas cerca de 150 famílias (isto em número absoluto, porquanto foram cerca de 210 apoios realizados, o que perfaz um total de 210 famílias com repetição – saneamento e reforma de residência; calcário e terraceamento), sendo os recursos distribuídos, na categoria valor total, da seguinte forma: 32%, na reforma da residência; 14%, na plantadeira plantio direto; 13%, no abastecedouro comunitário; 17%, no terraceamento; 15%, no saneamento; 7%, no calcário; 2%, na plantadeira de mandioca. Os itens calcário, reforma da residência,

saneamento e terraceamento, foram aqueles que obtiveram percentuais altos de valor subsidiado, ou seja, entraram com uma fração menor de recursos próprios.

Das 150 famílias que compõem o universo deste estudo, 46 responderam prontamente os questionários. Este percentual de família respondentes representa uma amostra de 30,7% dos casos realizados, o que, segundo GIL (1991), é um número considerado satisfatório para este tipo de pesquisa. Convém lembrar que este trabalho utilizou uma técnica de amostragem não probabilística, conhecida como amostragem por tipicidade. Neste contexto, para que essa amostragem fosse, de fato, representativa, foi considerado o conhecimento da população em subgrupos.

Como principais resultados do questionário aplicado, no que se refere aos dados "tempo na agricultura, número de pessoas na família, área da propriedade e forma de posse da terra", observou-se que a grande maioria da população atingida pelos apoios do Projeto (93,5%), são famílias com mais de 15 anos de trabalho na atividade; demonstrando não se tratar de trabalhadores inexperientes, posto serem pessoas que, *a fortiori*, devem possuir conhecimentos na atividade, adquiridos com o passar dos anos. Ademais, as famílias entrevistadas possuem um número expressivo de membros, sendo verificado que 89,1% das famílias são constituídas de 3 a 5 pessoas. Por outro lado, este fator contribui para que a renda *per capita* seja mais reduzida. Além da amostra pesquisada apresentar famílias numerosas, parcela significativa da mesma possui propriedades com pequenas extensões de terras, isto é, 76% possuem até 6 alqueires. Quanto à posse das propriedades, verifica-se que 78,3% da amostra pesquisada são próprias enquanto 21,7% são arrendadas (Tabela 1).

No que diz respeito à posse e utilização de tração mecânica e animal - o que retrata o uso de tecnologia moderna (força mecânica) e tradicional (força animal) - constatou-se que 45,7% das famílias possuem maquinário; destes, 53,6% possuem trator e alguns equipamentos (grades, arados, etc.), 35,7% possuem os equipamentos em sociedade com outros, enquanto 10,7% possuem colheitadeiras. Quanto à utilização de animais para desenvolver as atividades agropecuárias, a maioria, 65,2%, não utiliza esta forma de trabalho, já 17,4% afirmaram utilizar seguidamente a força animal e 17,4% utilizam-se dela apenas algumas vezes durante o ano. Isto vem

demonstrar que uma fração expressiva dos entrevistados utiliza-se de um modo de trabalho considerado moderno (maquinários e outros equipamentos), objetivando obter altos níveis de produtividades (isto pôde ser sentido no ato das entrevistas).

Tabela 1 – Tempo na agricultura, número de pessoas na família, área da propriedade e forma de posse da terra

ITENS	QUANTIDADE	%
TEMPO NA AGRICULTURA		
• Mais de 15 anos	43	94
• Menos de 5 anos	1	2,2
• 5 a 10 anos	1	2,2
• 10 a 15 anos	1	2,2
NÚMERO DE PESSOAS NA FAMÍLIA		
• Até 3 pessoas	22	48
• 4 a 5 pessoas	19	41
• 6 a 7 pessoas	3	6,5
• Mais de 8 pessoas	2	4,3
ÁREA DA PROPRIEDADE (HA)		
• Menos de 3 alqueires	18	39
• Mais de 6 alqueires	7	24
• 3 a 5 alqueires	10	22
• 5 a 6 alqueires	11	15
FORMA DE POSSE DA TERRA		
• Própria	36	78
• Arrendada	10	22

FONTE: Dados da Pesquisa

A maioria das famílias entrevistadas, 60,9%, disse nunca ter recebido algum outro incentivo financeiro ou técnico do governo ou do município para realizar melhorias em suas propriedades. Por outro lado, 39,1% já receberam apoio, seja do governo ou do município. Esta carência de incentivos vem corroborar na necessidade de programas como o Projeto Paraná 12 Meses.

O conhecimento preliminar sobre o Projeto Paraná 12 Meses ocorreu mormente através da divulgação da EMATER, seguido de divulgação por vizinhos, Prefeitura e outros meios de comunicação (apenas foi citado o rádio). Este fato ressalta a importância que a EMATER tem para o referido Projeto, no que diz respeito à sua propagação. Quanto ao acesso, um dado importante

refere-se à facilidade de entrada no Projeto, isto é, apenas 6,5% dos entrevistados consideraram o acesso difícil ou muito difícil. Nesta seqüência, cerca de 52,2% consideraram não ter havido nenhuma dificuldade quanto à formação de grupo e proposta, e 47,8% tiveram pouca dificuldade. Evidencia-se, pois, poucos obstáculos no sentido de comunicação, acesso, formação de grupo e propostas no Projeto Paraná 12 Meses.

Embora tenha sido relativamente dinâmico as condições para acesso, formação de grupo e propostas no Projeto Paraná 12 Meses, o mesmo não ocorreu no tocante ao tempo de espera para a realização dos apoios. Isto pode ser evidenciado no fato de 47,8% dos entrevistados acusarem uma demora de mais de 180 dias para enquadramento e efetivação do apoio (Tabela 2). Apenas 2,2% foram atendidos com uma certa rapidez, menos de 30 dias, enquanto 34,8% estiveram no intervalo de 30 a 90 dias, e 15,2% foram atendidos no intervalo de 90 a 180 dias. Contudo, 56,5% e 2,2% dos entrevistados, respectivamente, consideraram rápido e muito rápido o tempo de espera para efetivação do seu apoio, enquanto 41,3% acharam este tempo demorado ou muito demorado. Tal ponto, aparentemente contraditório, entre o fato de se demorar mais dias e não acharem este período de espera longo, deve-se às demoras comuns relativas às decisões e aprovações de projetos governamentais. Quer dizer, o beneficiário do apoio sabe que mais de 180 dias pode ser, em determinados casos, um tempo considerado “rápido” e, para outros, “longo”.

Sobre a quantidade de recursos destinados aos beneficiários, houve um equilíbrio, posto que 50% dos entrevistados acharam insuficientes e muito pouca a quantidade de recursos destinados, enquanto a outra metade considerou-os suficientes e bons (Tabela 3).

A classificação quanto à qualidade dos materiais e equipamentos empregados nos apoios do Projeto foi considerada boa, por 60,9% dos entrevistados, excelente, por 26,1% e ruim, por apenas 13%, o que confirma a razoável receptividade e operacionalização do Projeto Paraná 12 Meses.

Em suma, constatou-se entre os entrevistados, dois aspectos gerais: primeiro, houve uma melhoria nos níveis de produtividade agrícola com os materiais e equipamentos recebidos do

Programa Paraná 12 Meses. Isso contribui para mudar a realidade da agricultura familiar no Estado, haja vista o aumento da produtividade estar associada a melhores níveis de competitividade. Segundo, a melhoria da qualidade de vida, um dos escopos deste Programa, também foi relatado pelos entrevistados.

Tabela 2 – Relação tempo/enquadramento/realização dos apoios

TEMPO	QUANTIDADE	%
ENQUADRAMENTO/EFETIVAÇÃO		
• Mais de 180 dias	22	48
• 30 a 90 dias	16	35
• 90 a 150 dias	4	8,7
• 150 a 180 dias	3	6,5
• Menos de 30 dias	1	2,2
PERÍODO DE ESPERA P/ EFETIVAÇÃO		
• Rápido	26	57
• Demorado	17	37
• Muito demorado	2	4,3
• Muito rápido	1	2,2

FONTE: Dados da Pesquisa

No tocante ao fato de quanto representaram os apoios recebidos do Projeto Paraná 12 Meses, em termos de melhoramento da condição de vida e aumento da produção, percebeu-se que uma maioria considerável, 80,4%, disse ter melhorado muito, enquanto 19,6%, afirmaram ter um pouco de melhora. Neste aspecto, não foi observado nenhum percentual para nada de melhoramento e muito pouco. Com efeito, esta representatividade positiva do Projeto Paraná 12 Meses relaciona-se com o período necessário para levantar recursos próprios para realizar o que o Projeto proporcionou. Ou seja, para 41,3% dos entrevistados, seriam necessários mais de 5 anos para levantar o recurso recebido; 34,8%, 17,4% e 6,5%, respectivamente, disseram ser necessário 2, 3 e 1 ano para o mesmo caso (Tabela 3). Este ponto sinaliza que o Estado, por meio de Programas desta natureza, possibilita apoios que, dificilmente, podem ser obtidos em iniciativas isoladas, e, quando isto ocorre, o tempo para sua efetivação é deveras longo.

Tabela 3 – Quantidades de recursos, representatividade dos apoios recebidos e período necessário para levantar recursos próprios para realizar o que o projeto proporcionou

ITENS	VALORES	%
QUANTIDADE DOS RECURSOS		
• Suficientes	14	30,4
• Insuficientes	21	45,7
• Bons	9	19,6
• Muito pouco	2	4,3
REPRESENTATIVIDADE DOS APOIOS (O QUANTO MELHOROU)		
• Muito	37	80,4
• Pouco	9	19,6
PERÍODO QUE SERIA NECESSÁRIO PARA LEVANTAR ESTES RECURSOS		
• Mais de 5 anos	19	41,3
• 2 anos	16	34,8
• 3 anos	8	17,4
• 1 ano	3	6,5
• 4 anos	0	0,0

FONTE: Dados da Pesquisa

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo analisar o Projeto Paraná 12 Meses no município de Maripá (PR), verificando os principais limites e potencialidades desse Projeto durante o período 1998-2000.

Como corolário, foi constatada a existência de poucos obstáculos na comunicação, acesso, formação de grupo e propostas neste Projeto. Sobre a quantidade de recursos destinados, houve um equilíbrio entre aqueles que acharam insuficiente e muito pouca e os que a consideraram suficiente e boa. Sem este benefício, as famílias precisariam de períodos maiores para levantar recursos próprios para realizar o que o Projeto proporcionou.

A maioria da população atingida pelos apoios do Projeto são famílias com mais de 15 anos de trabalho na atividade,

demonstrando não se tratar de trabalhadores inexperientes, posto serem pessoas que, *a fortiori*, devem possuir conhecimentos na atividade. Essas famílias entrevistadas possuem um número expressivo de membros, e parcela significativa da mesma possui/detém propriedades com pequenas extensões de terras. A garantia do emprego aos membros da família é outro escopo que o Projeto vem possibilitando.

Para finalizar, sugere-se que outros trabalhos venham a apontar novas características do Projeto Paraná 12 Meses, haja vista este Programa ainda estar em andamento (término previsto para 2004). Ademais, esta análise se valeu de um estudo de caso; estender esta pesquisa a outras localidades torna-se premente para examinar novas contextualizações em níveis que a amostra do município de Maripá não possibilitou conclusões.

6. Referências Bibliográficas

- ANDERSEN, S. M. Meio ambiente, ONG e os bancos multilaterais de desenvolvimento: o Paraná em foco. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n.89, set./dez. 1996. p.75-87.
- CARVALHO, Y. M. C.; KUHN, V. L. Agricultura familiar e programas especiais de financiamento. **Prognóstico Agrícola (SP)**. v.2, p.56-69, 1998.
- COUTO FILHO, V. A.; COUTO, V. A. Novos mundos rurais e ocupações familiar. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts) **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999. p.270. (versão na íntegra em CD ROM)
- FERREIRA, A. V.; FIGUEIREDO, A. M. R.; TEIXEIRA, E. C. Custos e benefícios de um programa de garantia de renda aplicado ao PRONAF. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts) **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999. p.137. (versão na íntegra em CD ROM)
- FLORES, C. S. M.; CARDOSO, I. dos R. Agricultura familiar e cooperativismo: desenvolvimento e complementariedade. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts) **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999. p.198. (versão na íntegra em CD ROM)
- GIL, A. C. **Técnicas de pesquisas em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 191.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses**. Manual operativo. Curitiba: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. 1996. p. 286.

_____. **Projeto Paraná 12 Meses**. Relatório de Acompanhamento Semestral. Curitiba: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. 1999. 41p.

GUTIERREZ, A. **Revista Gazeta Mercantil**. Balanço anual 1997/1998. v.3, n.3, Ago. 1996.

JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. **American economic review**, Sept.-1961.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar, estratégias de comercialização e desenvolvimento local em Capanema – região Sudoeste do Paraná. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts). **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999. p.131. (versão na íntegra em CD ROM)

MELLOR, J. W. **The economics of agriculture development**. New York: Ithaca, 1966.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional**. Curitiba, 1997. 169p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná.

ROKS, M. **O Projeto Paraná 12 meses: um estudo de caso no município de Maripá**. Toledo, 2000. Monografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo.

ROLIN, E. F. C. O Paraná Urbano e o Paraná do Agrobusiness: as dificuldades para a formação de um Projeto político. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, n.86, set./dez. 1995. p.49-99.

SANTOS, M. J. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts) **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999. p.60-65.

TEIXEIRA, E. C. Agricultura familiar e política agrária. **Revista de economia rural**. Viçosa, v.7, n.4, out./dez. 1996.

ZAGO, C. A.; ZILIOTO, C. A; STIBBE, E; REIS, E; HUBNER, S. S. **Plano de desenvolvimento rural: município de Maripá - Pr**. Maripá: Prefeitura Municipal. 1999. 77p.

WAQUIL, P. D. Produção agrícola familiar no Brasil no contexto de integração regional. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts). **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999. p. 98-104.

Recebido para publicação em 10/03/2001

Aceito para publicação em 16/09/2001